



## O Trabalhismo e o Movimento Social Negro brasileiro (1943-1958)

Arilson dos Santos Gomes

Doutorando em História PPGH-PUCRS-Africanidades, Ideologias e Cotidiano  
[arilsondsg@yahoo.com.br](mailto:arilsondsg@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Após o período conhecido como Estado Novo, a redemocratização foi marcada pela intensa agitação política, advinda das negociações em que, por meio de suas ideologias, novos grupos ou classes, até então sem forte participação nas instâncias de poder, passam a reivindicar melhores condições materiais e representação na política brasileira. O período analisado foi importante para a potencialização das demandas inclusivas da identidade negra, visto que ocorreram no país, entre os anos de 1946 a 1958, quatro grandes congressos específicos para propor ao poder público que possibilitassem as tão esperadas melhorias dos aspectos sociais cotidianos das populações negras. Este trabalho intenta analisar o protagonismo político do movimento negro naquele contexto e o reflexo dessas ações na atualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalhismo, Movimento Negro, Negociação.

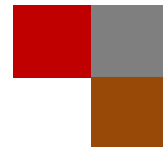
**ABSTRACT:** After the period known as “Estado Novo”, democratization was marked by intense political turmoil, arising from negotiations in which, through their ideologies, new classes or groups, so far without strong participation in positions of power, began to demand better material conditions and representation in Brazilian politics. The period was important for the enhancement of inclusive black identity demands, between the years 1946 to 1958, four major conferences were held specifically to propose to government that it could enable the long-awaited improvements to the social aspects of everyday life for black people.

**KEYWORDS:** Labor Politics, Black Movement, Trading.

Após o período conhecido como Estado Novo (1937-1945), a redemocratização foi marcada pela intensa agitação política, advinda das negociações em que, por meio de suas ideologias, novos grupos ou classes, até então sem forte participação nas instâncias de poder, passam a reivindicar melhores condições materiais e representação na política brasileira. O modelo político para equilibrar as tensões da incipiente democracia foi identificado na ideologia trabalhista promovida pelo estado e pela mobilização dos movimentos sociais originadas com este processo, os quais passam a ter espaço no período conhecido como populismo ou do pacto trabalhista, que iriam sofrer um duro revés em 1964 com a ditadura civil-militar<sup>1</sup>. Na realidade, a raiz desse fenômeno, também denominado estado de compromisso ou de equilíbrio, surge nos anos de 1930 com o declínio hegemônico das oligarquias do café e a ascensão de novos grupos

---

<sup>1</sup> O golpe contou com um apoio de um amplo movimento civil de classe média, organizado pela maioria das representações ideológicas da burguesia – partidos, grande imprensa e setores da Igreja.



na arena da disputa política, visando a oferecer ao Estado as bases de sua legitimidade, conforme apontaram algumas pesquisas<sup>2</sup>.

Salienta-se que a força política do PTB, partido criado pelas ideias getulistas, concentrava-se na mobilização política do seu projeto, direcionado à classe trabalhadora e engendrado, de acordo com Fortes, “a partir da segunda metade do Estado Novo, com a capacidade de se apresentar como expressão única da classe no período”. Não obstante, as mudanças ocorridas geraram articulações de coexistências estratégicas criativas para os trabalhadores, individuais e coletivas. Surgia na política institucional um espaço de mudanças “marcado pela tensão, flexibilidade de costumes e a circulação de valores” possibilitando a luta por cidadania e pelas demandas dos trabalhadores, em que pese o paternalismo, as fissuras consistiram em possibilidades de ações<sup>3</sup>.

Em fevereiro de 1945, com o chamado Ato Adicional à carta de 1937, Getúlio Vargas (1882-1954) fixou um prazo de 90 dias para a realização de eleições gerais em nosso país. Era a abertura democrática iniciada no final da II Guerra e do Estado Novo. Com o novo código eleitoral, estavam dadas as condições para as eleições para presidente, além de uma Assembleia Constituinte, sendo que a data escolhida para a realização dos pleitos estaduais era o dia 6 de maio de 1946<sup>4</sup>.

Salienta-se que as Forças Armadas também compuseram esse cenário, visto que jamais foram indiferentes à participação política e às disputas de poder, desde a promulgação da República<sup>5</sup>. Inclusive, sendo responsáveis pela tendência democratizante no Brasil após a II Guerra Mundial, derrubando a ditadura de Vargas em 1945, já que, com a vitória dos aliados sobre o fascismo, transformaram as relações políticas brasileiras, antes centralizadoras e agora liberais.

Segundo Mota, que pesquisou a cultura brasileira com o propósito de identificar a origem das ideias de consciência nacional ou cultura nacional, foi nesse período que se

---

<sup>2</sup> WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo Populista. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 4, 1973; GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988, p.343; FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 3. ed. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002, p. 328.

<sup>3</sup> FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito*. A Classe trabalhadora Porto-Alegrense, e a Era Vargas. Caxias do Sul: EDUCS-Garamond, ANPUH-RS, 2004, p. 20-28.

<sup>4</sup> A Assembleia Nacional Constituinte é um organismo colegiado que tem como função redigir ou reformar a constituição, a ordem político-institucional de um Estado, sendo para isso dotado de plenos poderes ou *poder constituinte*, ao qual devem submeter-se todas as instituições públicas. Nesse ano esse órgão estava organizando a Constituição do mesmo ano. FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*, p. 212.

<sup>5</sup> A própria Proclamação da República bem como o Tenentismo e posteriormente, a criação da ESG representavam as preocupações dos militares com as questões políticas.



consolidou um sistema ideológico com múltiplas vertentes interligadas: neocapitalista, liberal, nacionalista, sindicalista, desenvolvimentista e marxista. Porém, o autor cita que para o proletariado surgiram novas oportunidades em virtude da legislação social<sup>6</sup>.

No campo da disputa política para enfrentar a “redemocratização”, mesmo fora do poder, Vargas cria dois partidos, dirigidos a diferentes clientelas: o Partido Social Democrático - PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. O primeiro reunia ruralistas, banqueiros, industriais e altos administradores, e o segundo, que além de reunir representantes da burguesia urbana, se concentrava na organização da liderança trabalhista<sup>7</sup>. Porém, Ferreira explica que, no Rio Grande do Sul, o PTB foi fundado exclusivamente por um grupo de sindicalistas, que, desde os anos de 1930, lutavam por leis sociais e reconhecimento político. O historiador assevera que a fundação do partido no estado, por José Vecchio, em 1945, foi o resultado das tradições que circulavam entre os próprios trabalhadores, antes e depois de 1930. O PTB, em última análise, era para ele a institucionalização do trabalhismo em um partido político<sup>8</sup>.

Foi nos interstícios destes cenários políticos e sociais que os movimentos sociais negros, passaram a tencionar, por meio de suas ações, os poderes públicos constituídos em busca da fundação e da institucionalização das políticas sociais, condizentes com as suas realidades. Pois, afinal de contas, os negros escravizados constituíram-se durante um longo período da história como os principais trabalhadores do país, entretanto, com poucos ganhos coletivos materiais. O trabalhismo, com os seus limites, permitiu as negociações dos grupos e de seus interesses com o estado.

O período analisado foi importante para a potencialização das demandas inclusivas da identidade negra, visto que ocorreram no país, entre os anos de 1946 a 1958, quatro grandes congressos específicos para propor ao poder público que possibilitassem as tão esperadas melhorias dos aspectos sociais cotidianos das populações negras<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1980, p. 156-160.

<sup>7</sup> SADER, Éder. Um rumor de botas – Ensaios sobre a militarização do Estado na América Latina. *Coleção Teoria e História 11*. São Paulo: Editora Pólis, 1982, p. 138.

<sup>8</sup> FERREIRA, Jorge. Ao mestre com carinho, ao discípulo com carisma: as cartas de Jango a Getúlio. In GOMES, Ângela de Castro. *Escritas de si, escritas da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 279-294.

<sup>9</sup> GOMES, Arilson dos Santos. *A formação de oásis: dos movimentos fretenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre - RS (1931-1958)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História - PUCRS, Porto Alegre, p. 308.



Antes de adentrarmos nas situações concernentes ao Estado do Rio Grande do Sul, evidenciaremos o contexto das disputas ideológicas e políticas que envolveram os intelectuais negros do centro do país.

O sociólogo Sales Augusto dos Santos explica que a falta de conhecimento de acadêmicos, intelectuais e formadores de opinião sobre a participação da identidade negra como agente de sua transformação social, em concordância com os decretos das atuais ‘Ações Afirmativas’, é ocasionada pelo descaso de setores vinculados à produção do conhecimento<sup>10</sup>. O pesquisador afirma que “tal visão é fruto de desvalorização, desconhecimento intencional e desprezo da academia brasileira pelas lutas dos movimentos negros por educação”<sup>11</sup>. Concordamos com essa denúncia, em termos, já que a cada ano, em virtude das próprias ‘Ações Afirmativas’, constantemente ocorrem encontros regionais e nacionais acadêmicos, que têm como objetivo o aprofundamento dos temas atinentes à identidade negra, nas mais variadas áreas<sup>12</sup>. O que ocorre, em nosso entendimento, é a aglutinação de alguns fatores, além dos citados pelo autor, dentre os quais a falta de entendimento do que vem a ser o conceito de ‘Ações Afirmativas’; o contexto recente de aplicação dessas políticas públicas; a insistência dos gestores públicos pelas políticas universalistas, ou a ainda vigente ideologia da democracia racial e a constante (mas ainda pouca) produção de estudos que enfocam o protagonismo negro e a hegemonia de determinados grupos, direcionam suas demandas às práticas das disputas políticas em seu favorecimento e em detrimento dos grupos menos favorecidos, dificultando as transformações sociais<sup>13</sup>.

Reconhecemos que muito deve ser realizado, mas, entende-se que, mesmo assim, as reivindicações dos movimentos sociais negros, a cada geração, estão insistentemente contribuindo para a ampliação qualificada do debate das desigualdades raciais em nosso país. Historicamente, devemos considerar as contribuições de intelectuais, acadêmicos, militantes e formadores de opinião que no passado negociaram e fizeram na fissura das relações sociais –

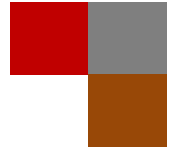
---

<sup>10</sup> SANTOS, Sales Augusto dos. “O negro no Poder” no Legislativo: Abdias do Nascimento e a discussão racial no Parlamento brasileiro. MENDES, Amauri; SILVA, Joselina. (Orgs.). *O Movimento Negro Brasileiro – escritos e sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p. 127-163.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. “O negro no Poder” no Legislativo, p. 127.

<sup>12</sup> Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional são realizados de dois em dois anos nas Universidades Federais da Região Sul do Brasil, contando um número crescente de pesquisadores sobre temas que versam desde a escravidão ao protagonismo negro. Da mesma forma, tem-se desenvolvido crescentemente o COPENE – Congresso dos Pesquisadores e Pesquisadoras Negros e Negras do Brasil, com pesquisas sobre os problemas cotidianos da população negra. Ambos, encontros se caracterizam pela qualidade e quantidade das comunicações e conferências. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/>>. Acesso em 12 set. 2012. Disponível em: <<http://www.abpn.org.br/>>. Acesso em: 10 de out. 2012.

<sup>13</sup> BORDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. 10. ed. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papius Editora, 1996, p. 224.



embora muitas vezes tuteladas – inovações em suas formas reivindicativas. Os congressos e as solicitações de apoio a políticos, realizadas desde a época do trabalhismo, comprovam essa condição, já que, na dificuldade de adentrar nas estruturas do poder de Estado, para a institucionalização de suas demandas e a tradução real das suas necessidades cotidianas, os grupos negros organizaram convenções e reuniões em que se destacaram os problemas enfrentados pelas populações negras na luta por prestígio, reconhecimento e melhorias de suas condições sociais<sup>14</sup>.

A organização União dos Homens de Cor - UHC, com ramificações em 11 estados da federação, conforme apontaram as pesquisas de Joselina Silva (2003), foi fundada em 1943 na cidade de Porto Alegre, por João Cabral Alves, ainda em pleno Estado Novo, por isso uma característica dessa organização era o assistencialismo, tendo suas atividades encerradas no período da ditadura militar de 1964. Tinha como um dos seus objetivos, expressos no artigo 1º do estatuto, no capítulo das finalidades: "elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades"<sup>15</sup>, principalmente por meio da assistência social. Joselina Silva concluiu que a UHC pode ser considerada como um "renascimento negro" em termos organizativos, visto que o Estado Novo encerra as organizações políticas no país, incluindo as organizações negras em 1937<sup>16</sup>. Petrônio Domingues chamou a atenção para sua escalada expansionista da UHC<sup>17</sup>. Na segunda metade da década de 1940, ela abriu filiais em, pelo menos, 10 Estados da Federação (Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná), estando presente em inúmeros municípios do interior. Em 1948, somente no estado do Paraná, a UHC mantinha contato com 23 cidades.

Nesse contexto, surgiu o Teatro Experimental do Negro - TEN, fundado na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1944, no final da vigência do Estado Novo, pelo intelectual negro Abdias do Nascimento. Tinha por intuito, além de produzir peças teatrais, motivar o negro, por meio da alfabetização, a combater a discriminação e o preconceito racial que existia na sociedade

---

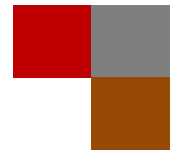
<sup>14</sup> Em nossas pesquisas, por meio de reflexões oriundas das leituras de Hanna Arendt, denominamos de oásis esses encontros e congressos, pois foram ações possíveis através de esforços de pessoas que primavam pela transformação social e política. Em contrapartida, denominamos de desertos, o preconceito e a discriminação racial. Ver GOMES, Arilson dos Santos. *A formação de oásis*, p. 122-136.

<sup>15</sup> ESTATUTO da União dos Homens de Cor do Brasil – (Uagacê). *Jornal A Aborada*, Pelotas, a. 53, n.22, 1951, p.01.

<sup>16</sup> SILVA, Joselina da. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v.25, n. 2, p. 215-235, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n2/a02v25n2.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2006.

<sup>17</sup> DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, n. 23, Rio de Janeiro, p. 108, 2007.





carioca. Funcionava em sede emprestada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), na Praia do Flamengo. Para Nascimento, era inadmissível, em um país como o nosso, que na década de 1940 contava com uma população de 60 milhões de habitantes, composta por 20 milhões de pessoas negras, que os diretores artísticos escalassem artistas brancos para as peças teatrais podendo estrear com atores negros<sup>18</sup>.

O TEN organizou concursos de artes plásticas, concursos de beleza que enalteciam os padrões afro-brasileiros e eventos sociopolíticos. Também foi nessa organização que se cogitou uma medida constitucional para a criação de uma legislação antirracista, além da produção de um periódico, intitulado “Jornal Quilombo”<sup>19</sup>. O jornal Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro; divulgou trabalhos do TEN em todos os seus campos de ação, entre 1948 e 1951. O jornal trazia reportagens, entrevistas, e matérias sobre assuntos de interesse à comunidade. A precariedade dos recursos financeiros do TEN, e do poder aquisitivo de seu público, não lhe permitiu uma permanência maior<sup>20</sup>. A Convenção Nacional do Negro Brasileiro foi uma ação realizada em São Paulo (1945) e no Rio de Janeiro (1946) sob a liderança de Abdias do Nascimento (1914-2011), que apresentou o “Manifesto a Nação Brasileira”, interpelando os partidos da época sobre a situação das populações negras, em sua grande maioria vivendo em favelas<sup>21</sup>. As atividades, somadas, contaram com a participação de 700 pessoas. Destaca-se que, em 1946, o Brasil estava formando a Assembleia Constituinte. O manifesto redigido nas convenções, em sua fundação, continha uma série de reivindicações sociais<sup>22</sup>.

---

<sup>18</sup> GOMES, Arilson dos Santos. *A formação de oásis*, p. 122-136.

<sup>19</sup> NASCIMENTO, Abdias. Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo, HUNTLEY, Lynn. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2000, p. 210.

<sup>20</sup> NASCIMENTO, Abdias; NASCIMENTO, Elisa Larkin. O negro e o Congresso Brasileiro. In MUNANGA, Kabengele. (Org.). *O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. Brasília: Fundação Cultural Palmares – MINC, v.1, 2004, p.223.

<sup>21</sup> Abdias do Nascimento foi fundador do TEN (1944). Educava as populações negras por meio do teatro. Para saber mais da Proposta Pedagógica do TEN, ver: CEVA, Antônia Lana de Alencastre (2006). *O Negro em Cena: a proposta pedagógica do Teatro Experimental do Negro (1944-1968)*. Ceva concluiu que: “O TEN, mesmo com uma atuação breve (1944-1968), e devido à falta de patrocínio e de espaço físico próprio para a sua continuidade, mantém na contemporaneidade, se compararmos com as entidades atuais do movimento negro, as suas demandas. A educação é uma forma de luta contra a discriminação racial” e segue a autora: “[...] A Frente Negra (1931-1937) e o TEN (1944-1968) fizeram da educação sua principal estratégia de ação, para transformar a situação social do negro/a na sociedade brasileira”. CEVA, Antonia Lana de Alencastre. *O negro em cena: a proposta pedagógica do Teatro Experimental do Negro*. 2006. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) PUC-RJ, Rio de Janeiro, p. 72-73.

<sup>22</sup> Esse manifesto continha seis reivindicações: 1) Que se torne explícita na Constituição de 1946 a referência à origem étnica do povo brasileiro, constituído das três raças fundamentais: a indígena, a negra e a branca. 2) Que se torne matéria de lei, na forma de crime de lesa-pátria, o preconceito de cor e raça. 3) Que se torne matéria de lei penal o crime praticado nas bases do preceito acima, tanto em empresas quanto na sociedade civil, nas instituições públicas e privadas. 4) Enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos brasileiros negros, como pensionistas do estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares. 5) Isenção de impostos e taxas, tanto federais como



O documento da Convenção recebeu apoio dos seguintes partidos e políticos: UDN, representada pelo senador Humberto Nogueira, PCB, representado por Luís Carlos Prestes e PSD. O senador Humberto Nogueira apresentou o documento à Assembleia Constituinte, entretanto, no momento de se institucionalizar a “proibição da discriminação racial”, fundada/escrita no manifesto, na Constituição do país, se estabeleceu no texto “a igualdade de todas as raças”. O PCB, que apoiou a fundação do manifesto, colocou-se contra a inserção do item “proibição da discriminação racial” na Constituição, pois a lei antidiscriminatória restringiria, segundo os comunistas, “o sentido mais amplo de democracia”<sup>23</sup>. Estavam insatisfeitos e atentos às demandas do período, em que negros eram discriminados em barbearias, clubes e sociedades, os intelectuais negros do TEN, dos quais citamos Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), considerado ideólogo da negritude na organização<sup>24</sup>. Ressalta-se que, tendo como ideologia a bandeira da negritude, o grupo passou a ser acusado de racista às avessas, tanto por grupos de direita ligados à UDN, como por grupos da esquerda, ligados ao Partido Comunista<sup>25</sup>. Essa situação identifica as tensões existentes entre as forças políticas da época.

Entende-se que a identidade negra vem sendo construída politicamente ao longo das décadas republicanas pela intensa produção simbólica referenciada nas demandas inclusivas proporcionadas pelas negociações deste grupo com a sociedade abrangente. As associações negras em conjunto com a imprensa negra assinalaram nesse sentido, já que propuseram ações que elevassem a condição cultural, política e social deste grupo. Da autoestima ao reconhecimento da instrução como forma de qualificar-se na disputa por emprego, estas iniciativas positivaram a negritude, que durante a escravidão bem como no pós-abolição, continuava estigmatizada.

Para o historiador Petrônio Domingues, o movimento da negritude, surgido por volta de 1920, nos Estados Unidos, cumpriu um papel revolucionário. Na fase inicial, percorreu as

---

estaduais e municipais, a todos que desejam estabelecer-se com o capital não superior a Cr\$ 20.000,00 e 6) Considerar como problema urgente a adoção de medidas governamentais visando à elevação do nível econômico, cultural e social dos brasileiros (Convenção Nacional do Negro. Manifesto à Nação Brasileira. São Paulo, 11 de novembro de 1945, *Cf.* Nascimento, 1982, p. 112-113).

<sup>23</sup> SANTOS, Sales Augusto dos. “O negro no Poder” no Legislativo, p. 129.

<sup>24</sup> O dirigente do Grupo, responsável teórico direto por este setor de atividades foi Alberto Guerreiro Ramos. Para Pinto (1954, p.292), é a partir destas atividades que surgiu a bandeira de luta de forte conteúdo emocional e místico, capaz de se propagar, de despertar, de arrastar os homens negros com a força estimulante que têm as grandes ideias e as mensagens redentoras, a ideologia da negritude. Para L.C. Pinto (1953, p.293), artistas, poetas, escritores, pequena elite intelectual negra, homens de sensibilidade multiplicada pelo choque de sua vocação, seu temperamento e suas ambições de encontro à realidade de classe e de raça em que estão situados, racionalizaram a sua queixa e transformaram sua cor, fonte, muitas vezes, de dissabores, num valor supremo para eles, sob o qual se abrigam para dizerem, “sem medo e sem vergonha”: *niger sum!* Para Pinto a negritude era um mito, uma concepção invertida e mistificada das coisas.

<sup>25</sup> NASCIMENTO, Abdias. Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, p. 214.



Antilhas e a Europa e, após, a África. No Brasil, em meados de 1950, esse conceito rompeu com os valores da cultura eurocêntrica: “no campo ideológico, negritude pode ser entendida como processo de aquisição de uma consciência racial. Já na esfera cultural, negritude é a tendência de valorização de toda manifestação cultural de matriz africana”<sup>26</sup>.

Portanto, negritude é um conceito multifacetado, que precisa ser compreendido a luz dos diversos contextos históricos. No entanto, ainda segundo Domingues, “na medida em que o conceito se ampliou, o mesmo adquiriu uma conotação mais política, diluindo o seu potencial transformador”<sup>27</sup>. O movimento passou a padecer de contradições insolúveis, “a ponto de alguns de seus principais dirigentes defenderem posições políticas conservadoras”<sup>28</sup>. Domingues examinou a negritude por intermédio de pesquisadores brasileiros, africanos, americanos, antilhanos e europeus<sup>29</sup>, identificando que o movimento da negritude, por intermédio de Du Bois (EUA 1868-1963), Aimé Césaire (Martinica), Léon Damas (Guiana Francesa) e Léopold Sédar Senghor (Senegal), reivindicava, entre outros fatores, a consciência do negro civilizado, o renascimento do negro no campo artístico e literário, conjugado aos valores africanos, além de possibilitar o reconhecimento político cotidiano local e internacional dos afrodescendentes, por ocasião das independências dos países daquele continente, logicamente, além de enfatizar o orgulho racial. Com contradições, visto que independentemente do território em que os intelectuais afrodescendentes a formularam, utilizavam a língua do colonizador, perdeu autenticidade.

Porém, para Petrônio Domingues, a negritude encontra limites na medida em que a negritude se esgota na tarefa de despertar uma consciência racial, ou seja, na preocupação de responder estritamente às contradições raciais, fazendo o negro reconhecer-se e identificar-se simplesmente pela cor da pele, deixa-o alienado das demais contradições que se operam na sociedade<sup>30</sup>. Algo que, possivelmente, será ultrapassado na medida em que a própria democracia brasileira, em todas as suas instâncias culturais, políticas e sociais, obter maior qualidade no debate e ações em torno da aceitação das diferenças étnico-raciais existentes. Embora, perceba-se,

<sup>26</sup> DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan./jun. 2005.

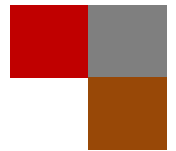
<sup>27</sup> \_\_\_\_\_. Movimento da negritude, p. 26.

<sup>28</sup> \_\_\_\_\_. Movimento da negritude, p. 26.

<sup>29</sup> BERND, Zilá. *A questão da negritude*. São Paulo: Brasiliense, 1984; MUNANGA, Kabengele. *Negritude; usos e sentidos*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988; NASCIMENTO, Abdias. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982; FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato Silveira. Salvador: UDFBA, 2008; MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

<sup>30</sup> DOMINGUES, Petrônio. Movimento da, p. 25-40.





a complexidade do tema, reconhece-se que a problemática causada pela falta de políticas públicas irrealizadas após o período conhecido de pós-abolição além das mazelas produzidas pelas escolas racistas do início do século XX, prejudicou a nossa sociedade independentemente da epiderme das pessoas. Já que mesmo com as contradições sociais existindo o estigma, identificado no imaginário social legado as populações negras de diversas maneiras, persiste. Mesmo com nítidos avanços.

Retornando às atividades organizadas pelos integrantes do TEN, Abdias do Nascimento, com o auxílio de Edison Carneiro, organizou a Conferência do Negro (1949) e o Congresso do Negro Brasileiro (1950), ambas na cidade do Rio de Janeiro. Representantes da Sociedade Floresta Aurora de Porto Alegre, Heitor Nunes Fraga, José Pedrosa e o pesquisador gaúcho Dante Laytano (1908-2000) estiveram presentes nessas atividades. Como resultado desses encontros, a comunidade negra passa a reivindicar com força as suas demandas, fazendo com que os poderes constituídos passem a se preocupar com a questão do preconceito racial vinculados aos aspectos sociais desse grupo. Nesse contexto, surgiu a lei Afonso Arinos<sup>31</sup>.

Nesse período, Edison Carneiro (1912-1972), um dos organizadores do II Encontro Afro-Brasileiro da Bahia, realizado em 1937, articulador da Conferência e do Congresso do Negro de 1949 e 1950, passou a ser contrário aos ideais de Abdias do Nascimento e de Guerreiro Ramos<sup>32</sup>. Para Carneiro, a situação social do negro e dos estudos afro-brasileiros, desde o século XIX, seguia em nosso país, apesar das dificuldades e de sua fase inicial, obtendo avanços significativos. Porém, conforme afirmou sobre a postura do TEN, a partir desse momento ela passou a ser equivocada, pois a situação do negro brasileiro era muito diferente da dos negros dos Estados Unidos<sup>33</sup>. Carneiro também acreditava que essa nova posição negra, em nosso país, era uma ideologia sustentada por uma minoria, influenciada pelos políticos profissionais: “um

---

<sup>31</sup> O Projeto N° 562 – 1950, mais conhecido como Lei Afonso Arinos, era composto por 8 artigos. Em linhas gerais a Lei instituía como contravenção penal o estabelecimento que recusasse hospedar, servir e atender negros. Crime passivo de multa de Cinco Mil Cruzeiros ou prisão de quinze dias a três meses. Ou até o fechamento de estabelecimentos que desrespeitassem negros. Lei na íntegra no O Jornal Quilombo, Junho e Julho de 1950, a. II, n. 10, p. 09.

<sup>32</sup> O segundo Congresso Afro-brasileiro, de 1937, foi organizado em 1937 por Edison Carneiro, Aydano do Couto Ferraz (1914-1985) e Reginaldo Guimarães. Ver: Prefácio à publicação de *O Negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro reunido (Bahia) de 1937*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1940 e CLAY, Vinícius. *O Negro em O Estado da Bahia: De 09 de maio de 1936 a 25 de janeiro de 1937*. 2006. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/pex/viniciusclay.doc/>>. Acesso em: 10 fev. 2008.

<sup>33</sup> “Na década de 1950 os negros norte-americanos reagiram contra a situação de inferioridade e exclusão que as leis dos brancos o condenaram. Ergueram-se contra a discriminação e a segregação racial que sofriam no país... que o impediam-nos de votar e de freqüentar uma escola pública como os demais brancos. Negavam-lhes hospedagem nos hotéis e nem em lanchonetes eram atendidos”. Neste contexto foi que surgiu o *Civil Reights Movement* que teve como um de seus maiores expoentes o reverendo Martin Luther King. Para saber mais ler: Schilling Voltaire, *A Luta pelos direitos civis: de Abraham Lincoln a Martin Luther King – América: 1863-1963*.



avultado grupo de pequeno-burgueses e burgueses intelectuais de cor tentou dar voz a manifestações racistas, de supremacia emocional do negro a fórmula norte-americana, esta americanização forçada do problema, que felizmente atinge apenas um segmento insignificante da população de cor” [...]”<sup>34</sup>. Destacamos que Edson Carneiro, como intelectual, tinha outros propósitos na época, pois lutou incansavelmente para criar um Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) na Bahia.<sup>35</sup> Todavia, os intelectuais negros procuravam mediar as necessidades da maioria das populações negras, carentes, já que o contexto, como observamos, permitia tais negociações.

Conforme Sales dos Santos, “a tentativa dos movimentos negros de atuarem no parlamento, visando ao combate ao racismo, se dava por meio de intermediários que não eram militantes orgânicos desse movimento”<sup>36</sup>. As lideranças dos movimentos negros brasileiros já haviam percebido, há algum tempo, que precisavam de representantes afro-brasileiros engajados na luta antirracista no Congresso Nacional<sup>37</sup>. A Frente Negra (1931-1937) arregimentou associados, visando a tornar-se partido político, projeto cancelado em virtude do decreto do Estado Novo.

---

<sup>34</sup> CARNEIRO, Edson. *Ladinos e Crioulos. 5 ed.* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964, p. 115-116.

<sup>35</sup> GOMES, Arilson dos Santos. A identidade cultural afro-brasileira como meio de negociação entre os grupos sociais: análises em torno da publicação do livro Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos (1936-1938). 2011, p.5-22 (Prelo).

<sup>36</sup> \_\_\_\_\_. “O negro no Poder” no Legislativo: Abdias do Nascimento e a discussão racial no Parlamento brasileiro. MENDES, Amauri; SILVA, Joselina. (Orgs.). *O Movimento Negro Brasileiro – escritos e sentidos de democracia e justiça social no Brasil.* 1 ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2009. p. 127.

<sup>37</sup> O Projeto Nº 562 – 1950, mais conhecido como Lei Afonso Arinos, era composto por 8 artigos. Em linhas gerais a Lei instituiu como contravenção penal o estabelecimento que recusasse hospedar, servir e atender negros. Crime passivo de multa de Cinco Mil Cruzeiros ou prisão de quinze dias a três meses. Ou até o fechamento de estabelecimentos que desrespeitassem negros. Lei na íntegra no O Jornal Quilombo, Junho e Julho de 1950, Ano II, n. 10, p. 09. \_\_\_\_\_. “O negro no Poder” no Legislativo: Abdias do Nascimento e a discussão racial no Parlamento brasileiro. MENDES, Amauri; SILVA, Joselina. (Orgs.). *O Movimento Negro Brasileiro – escritos e sentidos de democracia e justiça social no Brasil.* Belo Horizonte: Nandyala, 2009. p. 134-135.



**Figura 1** - Na fotografia acima, vemos o Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório, em companhia do Sr. Isaltino B. Veiga dos Santos, Secretário Geral da F.N.B, logo após a audiência especial, concedida à Frente Negra Brasileira, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis.<sup>38</sup>

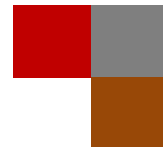
Não obstante, além de negociar com as lideranças políticas, indivíduos negros também procuravam se eleger com a abertura política no início dos anos de 1950. O próprio Abdias do Nascimento escreveu no editorial do *Jornal Quilombo* dos meses de março-abril, de 1950, as seguintes fundações:

Amigos meus colaboradores e simpatizantes do movimento que fundamos visando à elevação cultural e econômica do negro brasileiro; resolveram lançar minha candidatura à assembleia legislativa do Distrito Federal. Justificaram seu gesto com argumento de ser minha eleição a vereador uma etapa lógica e natural no desenvolvimento desse programa de busca de meios (sic) que acelerem o processo de integração de brancos e negros no Brasil, assegurando assim, à tática por nós usadas (sic) [...] armas mais efetivas e poderosas na luta pela conquista desse padrão de existência ideal que libere os brasileiros de cor de complexos emocionais e das atuais desvantagens socioeconômicas [...] é necessário e imprescindível, portanto, *que apareçam outros candidatos mulatos, negros ou brancos, identificados com esse importante problema brasileiro*. Porque somente num grande e árduo trabalho coletivo, presidido pelo alto espírito de *fraternidade racial que orientou a nossa formação histórica*, conseguiremos realizar a obra dessa valorização do negro, fundamental para o desenvolvimento e o futuro de nossa estremeçada pátria. *Os homens de cor, ontem como hoje, se confundem com os destinos da nacionalidade*, e não há força capaz de induzi-los atrás sua vocação de maiores construtores materiais e espirituais *da nossa grandeza, da grandeza do Brasil*. (Grifos Nossos).<sup>39</sup>

No editorial do *Jornal Quilombo*, acima citado, localizam-se entre os conteúdos grifados as seguintes afirmações: “[...] que apareçam outros candidatos mulatos, negros ou brancos, identificados com esse importante problema brasileiro [...]”, “[...] fraternidade racial que orientou

<sup>38</sup> *A Alvorada*, 18 de março de 1933 (Fac-símile).

<sup>39</sup> NASCIMENTO, Abdias do. Minha candidatura. *Fac-Símile Jornal Quilombo*. Jul.1950, p. 83.



a nossa formação histórica [...]”<sup>40</sup> e “[...] Os homens de cor, ontem como hoje, se confundem com os destinos da nacionalidade [...]”<sup>41</sup>. Nessas passagens, são sentidas as fortes influências do nacionalismo presente desde o Estado Novo, e que norteiam as bases ideológicas do trabalhismo.

A ideologia nacionalista, em sua questão racial, encontra sentido em nosso entendimento na tão discutida e criticada ideologia da democracia racial<sup>42</sup>. Todavia, é por meio desse conjunto de significações simbólicas culturais, criadas a partir dos grupos formadores da nação<sup>43</sup>, que os grupos negros conseguem formular suas estratégias de negociações políticas na década de 1950, já que o contexto permitia, além do reconhecimento cultural, advindo das décadas anteriores, negociações políticas e sociais, envolvendo as lideranças das comunidades negras, pois esses aspectos passam a estar em evidência devido a uma maior participação das massas no processo de redemocratização. É um anacronismo ou uma falta de sensibilidade com as ações daqueles líderes e de suas organizações pensar nessa ideologia, nos dias atuais, sem contextualizar a época, optando pelo reconhecimento cultural do negro como alguém que deve representar seus anseios a partir da África e de Zumbi ou da data alusiva à consciência negra, referenciando o dia 20 de novembro ao invés do dia 13 de maio, data comemorada pelos grupos negros após a abolição e até meados dos anos de 1970. Tais líderes e suas associações, por meio dos referenciais da época, conseguiram, ao menos, fazer política, pois as suas demandas como líderes das populações negras, a partir daquele conjunto de ideias, permitiam a tensão com os poderes públicos constituídos<sup>44</sup>. Outro fator é que tanto o estado (como poder instaurador), como a sociedade, passaram a legitimar simbolicamente o dia 13 de maio, ou seja: para os intelectuais negros do Grupo Palmares (1978), liderados por Oliveira Silveira (1941-2009), ter (re) significado a data alusiva à memória da luta negra para a morte de Zumbi dos Palmares (1655-1695), conforme pesquisou o historiador Deivison Campos, em contraponto à data do dia 13 de maio, identifica a importância simbólica dessa efeméride oficial, já que, sendo contra ou a favor, ela tornou-se o parâmetro do debate sobre qual data representava melhor o protagonismo negro

---

<sup>40</sup> NASCIMENTO, Abdias do. Minha candidatura. *Fac-Símile Jornal Quilombo*. Jul.1950, p. 83.

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_. Minha candidatura. *Fac-Símile Jornal Quilombo*. Jul.1950, p. 83.

<sup>42</sup> BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e Branquitude no Brasil. *Psicologia Social do Racismo*. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis RJ: Vozes, 2002, p. 189. ; COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República – Momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 490.

<sup>43</sup> HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaide la Guardia Resende *et ali*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

<sup>44</sup> ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. *Anos 90 – Revista do PPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p.161-187, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6743/4045>>. Acesso em: 11 mai. 2011.



na resistência à escravidão, e o reconhecimento político-social da liberdade, nos dias atuais, identificada no dia 20 de novembro<sup>45</sup>.

A democracia racial tinha como referência da liberdade o dia 13 de maio. Logicamente, jamais desconsideramos as ideias de negritude do TEN, que já em 1944, no Rio de Janeiro, remetia a uma cultura centrada nos valores culturais africanos. Contudo, o país e os meios de comunicação ainda eram restritos, naquela época, para fazerem com que esses valores se difundissem nas velocidades pensadas em nossos dias atuais por todo o Brasil. Portanto, concordamos com Emília Viotti da Costa que explica:

Em esboço, os fatos são suficientemente claros: um poderoso mito, a ideia da democracia racial – que regulou as percepções e até certo ponto as próprias vidas dos brasileiros da geração de Freyre – tornou-se para a nova geração de cientistas sociais um arruinado e desacreditado mito.<sup>46</sup>

A partir dos anos de 1950, com a denúncia das organizações negras e de seus líderes, passa-se a compreender as diferenças raciais e sociais em nosso país. Pois, anteriormente, como enfatiza Costa:

*É óbvio que os brancos beneficiaram-se com o mito. Mas também é verdade que os negros beneficiaram-se igualmente, embora de uma maneira mais limitada e contraditória. A negação do preconceito, a crença no “processo de branqueamento”, a identificação do mulato como uma categoria especial, a aceitação de indivíduos negros entre as camadas da elite branca, tornaram mais difícil para os negros desenvolver um senso de identidade como grupo. De outro modo, criaram oportunidades para alguns indivíduos negros ou mulatos ascenderem na escala social. Embora socialmente móveis, os negros tinham, entretanto, que pagar o preço por sua mobilidade: tinham que adotar a percepção que os brancos possuíam do problema racial e dos próprios negros. (Grifo Nosso).<sup>47</sup>*

Certamente, essa tensão era sentida pelos líderes negros. Pois, como acreditar em uma democracia racial se, no cotidiano, o preconceito racial era e é sentido? A partir desse momento, a negociações políticas passam a ocorrer pela ação consciente da ideologia da negritude, formulada pelos líderes da comunidade negra que, para transformar os problemas materiais, necessariamente deveriam passar pela conquista do poder político, ao invés do reconhecimento, somente, da matriz africana na cultura negra brasileira.

Localizamos os anúncios das seguintes candidaturas de políticos negros, que participariam do pleito do dia 3 de outubro de 1950: José Bernardo da Silva, candidato a

<sup>45</sup> CAMPOS, Deivison Moacir Cezar. *O Grupo Palmares (1971-1978): Um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. 2006. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História - PUCRS, Porto Alegre.

<sup>46</sup> COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República*, p. 374.

<sup>47</sup> \_\_\_\_\_. *Da Monarquia à República*, p. 375.





deputado pelo PTB, diretor da UHC, da cidade do Rio de Janeiro; Jael de Oliveira Lima, candidato a deputado pelo PSD e Isaltino Veiga dos Santos, candidato a vereador pelo PDC. Isaltino foi um dos presidentes da Frente Negra Brasileira (1931-1937). Abdias do Nascimento também saiu nas páginas de seu jornal como candidato. Ele iria disputar a vereança no Rio de Janeiro, pelo PSD; inclusive notamos que este partido foi o que mais saiu nas páginas do jornal, sinalizando para os interesses políticos eleitorais do intelectual negro e fundador do TEN. Abdias, não fora eleito.<sup>48</sup> Todavia, esses embates no centro do país são essenciais em nossa tese, visto que no Rio Grande do Sul, guardadas as devidas proporções, experimentou-se, por intermédio de seus protagonistas negros, experiências comparáveis a dos negros do eixo Rio-São Paulo, obviamente, que com as suas peculiaridades.

Os encontros realizados nesse contexto em que os aspectos sociais, culturais e políticos da identidade negra estiveram em pauta, possibilitaram uma melhor interpretação das organizações negras e de suas lideranças sobre as situações vivenciadas pelas populações negras nas diversas regiões brasileiras, já que pesquisadores e militantes ou pesquisadores populares viajavam com suas representações por meio de navios para esses lugares sociais, que produziam documentos e trocavam experiências cotidianas, teóricas e práticas, de como compreender as situações envolventes à identidade negra nacional<sup>49</sup>.

Para Ivair Augusto Alves dos Santos, no período entre 1945 a 1964, viveu-se de modo singular, com a existência de um sistema multipartidário<sup>50</sup>. A partir dessa fase democrática, passou também a existir, em alguns partidos políticos, a preocupação sobre a questão racial. Conforme Alves dos Santos:

*Ao analisar os programas partidários, encontramos referências sobre a questão racial nos seguintes partidos políticos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Democrata Cristão. Nos maiores partidos deste período, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), partidos conservadores, não constava nenhuma menção ou citação em seus programas sobre a questão racial. Entretanto, foram os parlamentares da UDN os autores da lei que dispunha sobre os atos de discriminação e preconceito racial e de cor que, durante décadas, permaneceu como o único recurso legal, a Lei Afonso Arinos. (Grifo Nosso).<sup>51</sup>*

Portanto, o PTB contemplava as questões raciais em suas diretrizes, enquanto o PSD, mais conservador, mantinha-se neutro quanto a esse assunto. Abdias do Nascimento, importante

<sup>48</sup> GOMES, Arilson dos Santos. *A formação de oásis...*

<sup>49</sup> \_\_\_\_\_. *A formação de oásis...*

<sup>50</sup> SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *O movimento negro e o Estado: O caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo*. São Paulo: imprensa oficial, 2002.

<sup>51</sup> SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *O movimento negro e o Estado...*, p. 59.



militante do movimento negro brasileiro, concorreu nas eleições da cidade do Rio de Janeiro em 1950, ligado ao PSD, conforme informou L.C. Pinto<sup>52</sup>.

Salientamos que o político Carlos Santos (1904-1989), líder político, negro e operário, chegou ao legislativo gaúcho no ano de 1951 para assumir, após suplência, a vaga de Tarso de Moraes Dutra (1914-1983), pois Dutra assumiu a vaga na Câmara Federal, abrindo seu posto a sua nomeação<sup>53</sup>. Na ocasião, Santos era político vinculado ao PSD, mesma situação vivenciada pelo intelectual negro Abdias do Nascimento. Porém, mais adiante, iria filiar-se à dominante agremiação de ideologia trabalhista, o PTB. Tal situação, provavelmente era influenciada pela necessidade própria de sua articulação política ser mais próxima das massas populares e das questões nacionais, identificadas na plataforma petebista.

O PTB, partido com forte marca getulista desde a sua concepção e fundação, apresentou um programa que traduz, quase na integridade, o projeto de Getúlio Vargas para o Brasil. O programa propunha, entre outras ações:

- ✓ defesa dos direitos trabalhistas;
- ✓ políticas sociais, voltadas para a garantia de emprego;
- ✓ políticas públicas, destinadas à qualificação do trabalhador;
- ✓ programa de previdência social ampla;
- ✓ políticas públicas/sociais, destinadas ao lazer, à saúde, à educação, à proteção à infância e à maternidade;
- ✓ política de planificação econômica dirigida pelo Estado;
- ✓ projetos de distribuição de renda e de riquezas;
- ✓ incentivo ao cooperativismo econômico e à solidariedade entre todos os cidadãos, visando à paz social.<sup>54</sup>

Politicamente e socialmente, é importante salientar que o PTB era um partido que representava o trabalhismo, independente da origem étnica desse trabalhador, sendo localizadas suas influências em sociedades polonesas, ucranianas, alemãs e russas de Porto Alegre<sup>55</sup>. Essa

---

<sup>52</sup> PINTO, Luiz Antonio Costa. *O Negro no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953, p. 284.

<sup>53</sup> O político Carlos Santos, nascido em Rio Grande, interior do RS, durante sua vida pública de cinquenta anos (1932-1982), exerceu os cargos de deputado e governador do Rio Grande do Sul. Foi líder sindical e fundador de associações negras. Ver GOMES, Arilson dos Santos. *Os Akins do Sul: da participação dos negros na política do Rio Grande do Sul à homenagem ao mestre salas dos mares*. *Revista OPSIS* – UFG, Goiás, Catalão, v. 12 n. 1, p.129-145, nov. 2012. <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/17396>>. Acesso em: 01 dez. 2012.

<sup>54</sup> Programa do PTB - Arquivo Getúlio Vargas - GV45000/1 - FGV - CPDOC -Rio de Janeiro. Ver DELGADO, Luciana de Almeida Neves. Brasil: 1954 - prenúncios de 1964. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, n. 34: p. 484-503, jul. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752005000200013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752005000200013&script=sci_arttext)>. Acesso em: 01 out. 2012.

<sup>55</sup> “A invenção do trabalhismo deu uma contribuição fundamental. Apesar de todas as suas limitações, o espaço institucional permitia agora a expressão da diversidade...”. In: FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito. A Classe*



relação era limitada quanto à influência dessas sociedades no seio do partido trabalhista, fossem elas sociedades étnicas, beneficentes ou até sindicatos de classe, pois suas participações eram tuteladas e controladas e, conforme Ângela de Castro Gomes, existiu um “pluralismo limitado”:

*O PTB, assim como os sindicatos no Brasil, nasceu sob a chancela de um estado autoritário, para atuar em um regime não mais autoritário, mas certamente ainda conservador. Projetos de participação política mais mobilizadores e instrumentos de representação mais autônomos não tinham espaço nesta espécie de “pluralismo limitado” do pós-45. (Grifo Nosso).<sup>56</sup>*

Em nossas pesquisas, destacamos que o PTB, a partir da ideologia do trabalhismo e de um consenso com outros grupos subordinados, buscou difundir o seu projeto político, mantendo sua hegemonia por meio de uma liderança perante esses grupos. Eis que surge uma questão relacional, em nossa opinião, entre esse partido e as sociedades étnicas porto-alegrenses e gaúchas, com isso, mantendo um “equilíbrio instável” e tendo que ceder, em determinados momentos, em algumas condições para exigir outras; com isso, elaborando estratégias para concretizar o seu interesse e objetivo imediato, que era ter sucesso no pleito do Estado do Rio Grande do Sul<sup>57</sup>. Essa situação também foi analisada por nós para que entendêssemos e identificássemos os interesses do grupo negro, na ocasião, representado pela Sociedade Floresta Aurora, com a realização do Primeiro Congresso Nacional do Negro, realizado em Porto Alegre, no ano de 1958, como veremos mais a frente.

O PTB mantinha o controle dessas relações, exercendo a hegemonia, pois, de um lado, passou a representar, como liderança política, a vontade coletiva deste e dos outros grupos que passara a tutelar, e de outro, a própria ideologia nacionalista serviu como um ingrediente aglutinador entre o Partido e os grupos étnicos que vieram para o Brasil entre os anos 1930, 1940 e 1950, tais como polacos, russos, alemães e ucranianos, além dos próprios negros que, a partir da Frente Negra Brasileira, exigiam o reconhecimento de suas raízes como formadora do Brasil, na década de 1930. O que o PTB porto-alegrense utilizou, em última análise, foi a estratégia iniciada por Getúlio, em 1933, ao receber os líderes da Frente Negra no Palácio do Governo, com intuito de formar uma aliança em torno de um projeto nacional, que culminou com o decreto do Estado Novo. O que precisamos entender é se esta estratégia foi utilizada por Getúlio e pelo próprio PTB, partido criado por ele também a partir da relação com outras etnias e classes que viviam em nosso país. O partido passa e exercer a vontade coletiva das massas trabalhadoras. A hegemonia

---

trabalhadora Porto-Alegrense, e a Era Vargas. Caxias do Sul: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond, ANPUH-RS, 2004, p. 117-177.

<sup>56</sup> \_\_\_\_\_. *Nós do Quarto Distrito. A Classe trabalhadora Porto-Alegrense, e a Era Vargas*, p. 437.

<sup>57</sup> GRAMSCI. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.09-25, e de HALL, Stuart. *A relevância de Gramsci para o estado de raça e etnicidade*, 2003, p. 295-334.



pode ser pensada a partir do Bloco Histórico que abrange a estrutura - o campo econômico - e a superestrutura - o campo da ideologia. A partir desses dois domínios, temos caracterizada a hegemonia, localizada no PTB por meio do nacionalismo econômico; visando às estatizações e à produção e sendo controlada pelo intervencionismo direto do estado, seja na difusão da ideologia nacionalista, a partir dos órgãos culturais, políticos e educativos, ou como a bandeira da nacionalização do ensino, em que a língua nas escolas deveria ser a portuguesa.

Conforme Gramsci:

Embora cada partido seja a expressão de um grupo social e de um só grupo social, ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses do seu grupo e os outros grupos, e na medida em que buscam fazer com que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e com a ajuda dos grupos aliados [...].<sup>58</sup>

O PTB, na década de 1950, manteve a sua hegemonia até o final da experiência democrática, mantendo representante no poder executivo e, constantemente, nos parlamentos municipais - a exemplo de Porto Alegre e da assembleia legislativa do Estado. Os setores populares, também passaram a ganhar espaço, no período com o aumento da participação de agremiações que mantinham em seus projetos preocupações sociais e trabalhistas.

Nessa década as organizações negras gaúchas Marcílio Dias, Prontidão, Treze de Maio de Santa Maria, Sociedade Flor do Sul, de Taquara, Estrela do Oriente, de Rio Grande, associações negras de Pelotas etc. seguiam as suas atividades esportivas, festivas, culturais, educativas e reivindicativas<sup>59</sup>.

Em 1958, ocorreu o Primeiro Congresso Nacional do Negro, organizado pela Sociedade Beneficente Floresta Aurora. Este encontro tem como diferencial dos demais o termo “nacional” em sua nomenclatura. A atividade foi realizada no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre. Notaremos que o termo “nacional”, além de ser o diferenciador da terminologia entre as duas atividades, denota, ainda, uma transformação importante nos interesses de seus organizadores, já que existiu uma forte influência do PTB em sua composição.

---

<sup>58</sup> GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995, p. 22.

<sup>59</sup> PEREIRA, Lúcia Regina Brito Pereira. *Cultura e Afro-descendência: Organizações Negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. 2008. 309f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História - PUCRS, Porto Alegre; SILVA, Fernanda Oliveira. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. 2011. 288f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História - PUCRS, Porto Alegre.



**Figura 2** - Manoel Ferreira, Professora Vera Bandeira Marques, o Presidente da Floresta Aurora e líder Anfitrião do Congresso. Sr. Valter Santos, Dr. Conde Salgado, de cabeça baixa o palestrante Prof. Laudelino Medeiros, que conferenciou sobre Governo, Educação e Cultura, e de braços cruzados, na ponta direita, o Coronel Theófilo de Barros.<sup>60</sup>

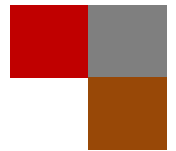
A imagem, anteriormente visualizada, representa uma composição equilibrada quanto às individualidades representadas em seus participantes, pois, além dos organizadores da Sociedade Negra Floresta Aurora, a mesa está representada pela professora Vera Bandeira Marques, pelo engenheiro Conde Salgado, o professor da UFRGS Laudelino Medeiros, o Coronel Theófilo Barros e, pela imprensa da cidade, Archimedys Fortini. As massas, os técnicos, as mulheres, os trabalhistas, os setores da imprensa e as forças armadas, todos estão ali identificados nessa imagem emblemática, sob a égide de um congresso de carácter nacional. Essa era a relação das forças do Estado<sup>61</sup>.

Esse importante acontecimento, no capital gaúcha recebeu delegações dos estados do Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal e interior, contou, também, com a presença de estudiosos, pesquisadores, intelectuais brancos e negros e a comunidade. Durante o encontro, foram debatidos três temas centrais: a necessidade de alfabetização frente à situação atual do Brasil, a situação do homem de cor na sociedade e o papel histórico do negro no Brasil e em outros países. Esses temas foram distribuídos em seis dias, do dia 14 ao dia 19 de setembro. Os deputados petebistas Armando Temperani Pereira e Coelho de Souza, os professores da Escola de Engenharia da UFRGS (instituição em que se formou Leonel Brizola que, na época, estava concorrendo ao governo do Rio Grande do Sul contra Walter Peracchi Barcelos), Dr. Luiz Lesseigner de Faria, Dr. Darcy Conde Salgado e Dr. Manoel Luiz

<sup>60</sup> *Revista do Globo*, Porto Alegre, 2ª quin. out. 1958, p. 86.

<sup>61</sup> GOMES, Arilson dos Santos. *A formação de oásis...*, p. 151-239.





Leão, o presidente da Floresta Aurora, Walter Santos e representantes do Jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre, além de estudiosos da temática como Dante Laytano etc., discutiram, com a presença de grande público nos locais do congresso, sobre a realidade do negro e do africano no estado, no Brasil e no mundo. Nesse período ocorria, a nível internacional, a independência de muitos países africanos<sup>62</sup>. O Primeiro Congresso Nacional do Negro foi realizado na Câmara de Vereadores de Porto Alegre e nos salões de festas da organização negra.



**Figura 3** - Público presente no Congresso de Porto Alegre.<sup>63</sup>

Defendemos, em nossas pesquisas, que esse encontro foi importante para os interesses do PTB de Brizola, que veio a se eleger governador uma semana depois dessa atividade, contando com apoio das entidades classistas e étnicas. O congresso também foi relevante para a comunidade negra regional e nacional que, após o encontro, foi contemplada pela “Campanha Nacional de Alfabetização”, já que, na época, 70% dos negros brasileiros eram analfabetos. Para a Sociedade Floresta Aurora, o encontro foi materialmente importante, pois dias após o conclave a entidade alterou de sede social, localizada na rua Gen. Lima e Silva, transferindo-se com o auxílio de incentivos do estado e de políticos petebistas para o bairro Cristal de Porto Alegre<sup>64</sup>.

A lei nº. 10.639/03, que instaurou a obrigatoriedade do ensino da África e dos africanos no Brasil, da história e cultura afro-brasileira em todo currículo escolar, e os seus conteúdos

<sup>62</sup> No plano internacional, a década de 1950 é marcada pelos movimentos iniciais de descolonização de territórios africanos sob jugo europeu e em torno dos debates de integração racial. Guiné tornou-se independente em 1958; em 1959 os países africanos movimentavam-se em seus processos de autonomia. Na Conferência de Bamako, o Senegal e o Sudão Francês formavam a Federação do Mali, independentes. Daomé, Níger, Alto da Volta, Costa do Marfim e Togo tornam-se independentes em 1960. “Os novos países surgidos da divisão administrativa colonial do pós-guerra eram uma realidade” RIBEIRO, Luiz Dario. Descolonização africana. *Revista Ciências e Letras FAPA*, n. 21/22, África Contemporânea. Porto Alegre: Ed. Ponto e Vírgula. Novembro de 1998, p. 51-72.

<sup>63</sup> Fotografia Jornal Folha da Tarde 18/09/1958, p. 40.

<sup>64</sup> GOMES, Arilson dos Santos Gomes. O Primeiro Congresso Nacional do Negro e a sua importância para a integração social dos negros brasileiros e a ascensão material da Sociedade FlorestaAurora.pdf. *RBHCS - Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, São Leopoldo-RS, v. 1, n. 1 p. 01-18, jul. 2009.



programáticos, dos quais citamos: o negro na da sociedade nacional e a contribuição do negro nas áreas sociais, econômicas, culturais e políticas, pertinentes à história do Brasil, demonstra, de certa forma, o reconhecimento da república brasileira às reivindicações e negociações surgidas a partir dos movimentos sociais negros do período analisado.

Recebido: 4/11/2012  
Aprovado: 18/12/2012